



Juliana Santos dos Anjos, estudante de Direito da UFBA, é co-fundadora, ex-Diretora de Pesquisa e atual Presidenta da Clínica de Combate à Superexploração do Trabalho (CCST) na Universidade Federal da Bahia. Foto: Arquivo pessoal

# ENTREVISTA

# PERSPECTIVAS DO TRABALHO DOMÉSTICO, NO BRASIL, DIANTE DA ATUAL LEGISLAÇÃO

Por Sandrine Souza

O trabalho doméstico no Brasil é precarizado, informal e mal remunerado, apesar de fundamental para prover bem-estar e cuidado. Exercido historicamente por mulheres e, muitas vezes, sem direito a salário, pode ser lido socialmente como dever ou ajuda. Indo mais além, a realidade do trabalho doméstico remonta às raízes escravagistas da formação do país, e revela desigualdades de gênero, raça e classe.

No colonialismo brasileiro, cabia às mulheres negras escravizadas o trabalho do cuidado e do asseio da casa e dos filhos de seus colonizadores. À época, qualquer tipo de direito era negado. Após a abolição da escravatura, por falta de uma política de Estado inclusiva, muitas se mantiveram no trabalho doméstico, em condição precária e desigual em comparação com outras categorias de trabalho.

Ainda hoje, a maioria das pessoas que exercem o trabalho doméstico, no Brasil, são mulheres negras, com baixa escolaridade. Elas representam 61,5% do total de 5,8 milhões. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a cada 100 trabalhadoras negras, 16 eram trabalhadoras domésticas.

A luta de trabalhadoras e trabalhadores domésticas/os avançou nos marcos normativos nacionais e internacionais. No entanto, ainda busca assegurar formalização, valorização, proteção social e direitos trabalhistas.

No Brasil, a PEC das Domésticas, regulamentada em 2015, garantiu equiparação de direitos com trabalhadores rurais e urbanos. Outro marco importante foi a ratificação, em 2018, da Convenção sobre o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos n. 189 da OIT (2011).

A Convenção prevê a adoção de medidas para assegurar e promover direitos humanos e direitos fundamentais do trabalho, incluindo a liberdade sindical, de associação e de negociação coletiva. Também defende o combate ao trabalho doméstico infantil, trabalho forçado e discriminação.

Unidas/os na defesa da garantia de direitos da categoria, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) conta com 22 sindicatos e uma associação. O movimento começou a se organizar em 1936, tendo como protagonista a trabalhadora doméstica Laudelina Campos de Melo.

Apesar dos avanços na legislação e da organização da categoria, há, contudo, enormes desafios para a efetivação dos direitos conquistados formalmente por essa classe trabalhadora. Entre eles, destacam-se a informalidade, que vem aumentando nos últimos 10 anos, e as condições para reivindicar esses direitos. reivindicá-los.

Em busca de promover conscientização e assistência a trabalhadoras/es domésticas/os de Salvador e região metropolitana, a partir de uma relação de troca e escuta com a universidade, um grupo de estudantes criou a Clínica de Combate à Superexploração do Trabalho (CCST) na Uni-

versidade Federal da Bahia. O projeto de extensão da UFBA está em fase inicial e busca firmar parcerias com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia (SINDOMÉSTICO/BA), Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego.

Para falar sobre a experiência da CCST, Juliana Santos dos Anjos, estudante de Direito da UFBA, concedeu entrevista à Revista Extensão. Juliana dos Anjos é uma jovem negra, filha de Maria Lúcia dos Anjos, que exerceu, por décadas, a profissão de empregada doméstica e diarista. Juliana faz parte da primeira geração da sua família a acessar o ensino superior. Além de investir no próprio futuro profissional, tem a experiência acadêmica norteada pelo desejo de promover transformação social. Com vivência em pesquisa, extensão e projetos sociais, sobretudo no campo do direito trabalhista, a estudante da UFBA é co-fundadora, ex-Diretora de Pesquisa e atual Presidenta da Clínica.

Confira a entrevista!

## **Revista Extensão: Como surgiu a Clínica de Combate à Superexploração do Trabalho da UFBA? Onde e como ela funciona?**

**Juliana dos Anjos:** A Clínica de Combate à Superexploração do Trabalho, mais conhecida como CCST, surgiu durante a pandemia do COVID-19, cujo contexto foi marcado pela negligência do Estado para com a saúde, segurança e bem-estar da população brasileira e pela intensificação da precarização do trabalho. Em razão da mobilização da sociedade civil, sobretudo dos movimentos sociais, presenciamos relatos e denúncias de graves violações aos direitos trabalhistas. Uma parcela significativa da classe trabalhadora permaneceu trabalhando presencialmente, expondo-se ao perigo de contrair COVID-19, em razão da natureza do serviço e/ou insensibilidade dos seus empregadores. O home office foi um privilégio usufruído por poucos.

Diante desse contexto, a CCST foi idealizada em 2021, por sete estudantes de graduação em Direito, incluindo a mim, cujos nomes eu não posso deixar de mencionar em agradecimento ao que fizeram e fazem pela nossa extensão: Ana Flávia Ribeiro, Beatriz Ramos, Ester Brito, Gabriel Marques, Gabriela Bomfim e Larissa Amaral. O fato de a CCST ter surgido por iniciativa estudantil é uma característica que nos orgulha, visto que defendemos o protagonismo estudantil na construção do conhecimento.

Tínhamos dois objetivos iniciais ao construir a CCST: 1) estreitar os laços da universidade com a sociedade, através da oferta de serviços de assistência e orientação jurídica no ramo trabalhista; 2) e a troca de saberes entre esses dois agentes sociais; o que contribui com a formação jurídica dos(as) discentes da UFBA, especialmente na atuação prática, que é bastante deficiente pela ausência de núcleo de prática jurídica. Para concretizar esses objetivos, contamos com os sábios conselhos, o empenho e trabalho do nosso Professor João Gabriel Lopes e da nossa membra colaboradora Professora Sara Côrtes, que possuem uma trajetória admirável em projetos extensionistas. É importante mencionar também que nos inspiramos em outras três iniciativas estudantis: a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG, Clínica do Trabalho UFPR e a Comissão de Apoio ao Trabalhador Terceirizado da UFBA.

---

***"O fato de a CCST ter surgido por iniciativa estudantil é uma característica que nos orgulha, visto que defendemos o protagonismo estudantil na construção do conhecimento."***

---

Em suma, a CCST é um projeto extensionista da Faculdade de Direito da UFBA, localizado na cidade de Salvador (BA), com o objetivo de oferecer orientação e assistência jurídica às vítimas de superexploração do trabalho, com enfoque inicial nas trabalhadoras domésticas, em um contexto acadêmico marcado pela insuficiência de projetos extensionistas em instituições de ensino superior na Bahia que tenham objetivos similares aos nossos. Também busca, especialmente, engajar o corpo estudantil para contribuir na luta pela conquista e efetivação dos direitos das trabalhadoras/es, aproximando a universidade de trabalhadoras/es, líderes sindicais e órgãos governamentais, a partir de atividades relacionadas ao tripé universitário. A organização interna é dividida em dois eixos: de execução, que é composto pela Diretoria de Assistência Jurídica, Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Ensino; de gestão, que é composto pela Diretoria de Comunicação e Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativa e Diretoria Financeira.

## **Revista Extensão: Como se dá o combate à superexploração? O projeto disponibiliza algum suporte para os/as trabalhadores/as que necessitam de assistência?**

**Juliana dos Anjos:** A CCST propõe-se a contribuir no combate à superexploração do trabalho a partir de duas frentes: conscientização e atendimento jurídico. Nós desenvolvemos projetos de pesquisa, grupos de estudos e capacitações abertas ao público interno e externo da UFBA sobre trabalho doméstico, buscando conscientizar e engajar o corpo estudantil para contribuir na luta pela conquista e efetivação dos direitos das/dos trabalhadoras/es. Nestes espaços de formação, priorizamos a participação e o diálogo com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas

da Bahia (SINDOMÉSTICO/BA), os órgãos governamentais (Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego), advogadas/os e docentes.

---

***"[...]busca, especialmente, engajar o corpo estudantil para contribuir na luta pela conquista e efetivação dos direitos das trabalhadoras/es, aproximando a universidade de trabalhadoras/es, líderes sindicais e órgãos governamentais, a partir de atividades relacionadas ao tripé universitário."***

---

Em paralelo, nos propomos também a oferecer orientação e assistência extrajudicial e judicial para as trabalhadoras domésticas. A concretização deste objetivo tem enfrentado algumas barreiras burocráticas dentro e fora da UFBA. Internamente, estamos pleiteando um espaço próprio na instituição para oportunizar o atendimento das trabalhadoras domésticas, porém a ausência de salas disponíveis em condições de uso e a dificuldade financeira da UFBA têm dificultado. Enquanto isso, contatamos com o SINDOMÉSTICO, para entender melhor as principais demandas jurídicas das trabalhadoras domésticas e nos colocar à disposição para ajudar na atuação dos seus advogados. Este diálogo tem resultado na construção de espaços de formação dos(as) discentes, além da participação em eventos promovidos pelo sindicato e seus parceiros. Além disso, estamos em contato também com o Ministério do Trabalho e Emprego e a Defensoria Pública da União, a responsável institucional para atuar em ações individuais trabalhistas, buscando firmar parcerias que possibilitem o encaminhamento de casos e a atuação jurídica. O propósito de atuação da CCST foi recepcionado positivamente por estes órgãos, que relataram a dificuldade na prestação de assistência jurídica às trabalhadoras domésticas, por ausência de recursos humanos suficientes para “abraçar” todas as

demandas jurídicas que surgem na Defensoria.

O contato com estes órgãos governamentais e entidade sindical é um passo importante, não apenas para a concretização da assistência jurídica da CCST, mas também em reverência à sua trajetória de luta em prol das trabalhadoras domésticas e os seus saberes. Atualmente, estamos terminando de resolver as pendências burocráticas, para começar a receber os primeiros casos neste segundo semestre de 2023.

**Revista Extensão: No contexto da superexploração, qual a situação das/os trabalhadoras/es domésticas/os?**

**Juliana Santos:** As(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) ocupam uma das categorias profissionais mais vulneráveis do Brasil e do mundo, apesar de representarem parte significativa da força de trabalho global. No Brasil, houve uma redução da população ocupada em trabalho doméstico de 6,4 milhões, em 2019, para 4,9 milhões em 2020. Dessa população, mais de 92% são mulheres e dentre estas, mais de 65% são negras. O perfil tradicional das trabalhadoras domésticas é herança da nossa história escravista: mulheres negras de classe social e nível de instrução baixos, fatores que contribuem para a alta informalidade, salários baixos e longas jornadas de trabalho.

---

***"A CCST propõe-se a contribuir no combate à superexploração do trabalho a partir de duas frentes: conscientização e atendimento jurídico."***

---

Para entender melhor a situação de vulnerabilidade sócio jurídica desta classe, é importante mencionar que 75% das trabalhadoras domésticas, em 2020, não possuíam carteira assinada e o rendimento médio mensal no Nordeste era de R\$ 589. Em 2019, a jornada média semanal das domésticas no Brasil alcançou 52 horas.

Esta realidade é reflexo também do descompromisso do Estado com a categoria. Vale dizer que

só após a PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72) foi reconhecida a igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Só nesse momento foram garantidos direitos como duração normal de trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salário mínimo fixado em lei, redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança à categoria. Quanto a esta última garantia, ainda não houve a criação de normas que regulamentem a questão, o que dificulta a consolidação desses direitos. A categoria ainda tem muitos profissionais que não possuem carteira assinada também. Trabalhando na informalidade, essas pessoas ficam sem a proteção da legislação trabalhista e diversas garantias deixam de ser asseguradas, e nessa mesma linha, a proteção à saúde e segurança do trabalho também são prejudicadas.

A gente percebe também que o trabalho doméstico tem uma remuneração baixa e está associado a uma longa jornada de trabalho semanal média, o que evidencia o conceito de superexploração do trabalho defendido por alguns



autores da área. Essas trabalhadoras recebem como pagamento um valor bem inferior ao valor da sua força de trabalho, o que dificulta as condições de subsistência que a classe teria em condições normais.

No contexto da pandemia, as trabalhadoras domésticas tiveram o direito ao isolamento social negado, apesar da forte mobilização travada por entidades sindicais. Uma parcela significativa dos empregadores exigiram que as trabalhadoras domésticas continuassem laborando presencialmente, caso contrário seriam demitidas. O Estado brasileiro contribuiu com essa realidade, ao afirmar que o trabalho doméstico era um serviço essencial, que não precisaria ser interrompido durante a pandemia. Vale lembrar que a primeira vítima fatal da COVID-19 foi uma trabalhadora doméstica, a Sra. Rosana Urbano, 57 anos.

---

***"O perfil tradicional das trabalhadoras domésticas é herança da nossa história escravista: mulheres negras de classe social e nível de instrução baixos, fatores que contribuem para a alta informalidade, salários baixos e longas jornadas de trabalho."***

---

**Revista Extensão: O que lhe levou a se interessar pelos direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os?**

**Juliana dos Anjos:** Um dos motivos para o meu interesse em atuar na área trabalhista e realizar pesquisa e extensão sobre trabalho doméstico advém da minha mãe, Maria Lúcia dos Anjos, que exerceu, por décadas, a profissão de empregada doméstica e diarista. O seu trabalho, juntamente com o do meu pai, proporcionou que eu e minha irmã tivéssemos oportunidade de nos dedicar aos estudos, ingressando no curso superior em uma das melhores instituições de ensino do país, a UFBA. Além disso, me mostrou que a classe trabalhadora foi e é o pilar de sustento do nosso país.

---

***"[...]tive o prazer de presenciar as mudanças que pessoas como eu (filha de trabalhadores, mulher, negra e pobre) estavam promovendo naquele espaço, graças aos esforços da sua família e dos seus ancestrais, além das ações afirmativas."***

---

Embora meus pais não tenham cursado o ensino superior, eles sempre nos fizeram enxergar a universidade como um sonho palpável e a educação como o principal caminho para o crescimento e a independência. Quando ingressei no curso de Direito, já estava ciente de que encontraria um ambiente ainda machista, elitista e sexista, porém tive o prazer de presenciar as mudanças que pessoas como eu (filha de trabalhadores, mulher, negra e pobre) estavam promovendo naquele espaço, graças aos esforços da sua família e dos seus ancestrais, além das ações afirmativas. Apesar da resistência institucional e de interesses neoliberais, a/os estudantes têm pautado as suas múltiplas realidades na universidade e construído iniciativas que dialogam com a sociedade, fugindo da perspectiva academicista e visão equivocada de superioridade intelectual.

Ao longo dos semestres, pude observar que o direito do trabalho era desvalorizado, quando comparado com outros ramos. Eu ouvi de um professor, inclusive, que o direito do trabalho não merece muito espaço na grade curricular já que a/o trabalhadora/or não tem mais quase nenhum direito depois da reforma trabalhista. Apesar dos ventos contrários, muitas/os estudantes e professoras/es têm se mobilizado para contribuir no combate ao retrocesso social e jurídico. Estamos formando juristas, ainda que em um número pequeno, comprometidos com a luta pela conquista e efetivação de direitos da classe trabalhadora.

A partir desta perspectiva, eu e minhas amigas percebemos que a Faculdade de Direito da UFBA não tinha um projeto de extensão destinado a oferecer assistência e orientação jurídica em de-

mandas trabalhistas individuais e formar juristas conscientes da atuação política das trabalhadoras domésticas. Daí surgiu a Clínica de Combate à Superexploração do Trabalho.

Para além da experiência e do aprendizado jurídico, a CCST me deu a oportunidade de conhecer ainda mais a trajetória política das trabalhadoras domésticas e as suas principais reivindicações. Eu digo "ainda mais" porque vivenciei, desde criança, as dificuldades e conquistas de minha mãe como empregada doméstica. Minha mãe sempre falou com muito orgulho de sua profissão e dos sonhos que concretizou a partir dela, apesar de ciente do preconceito, da desvalorização e da ausência de proteção estatal a que estão submetidas as trabalhadoras domésticas. Desenvolvi uma visão geral do trabalho doméstico e suas implicações na vida de uma trabalhadora por ser filha de uma.

---

***"[...] não estamos sendo formados para "salvar", mas sim para contribuir numa luta por direitos que já está sendo travada há muito tempo por nossos ancestrais, muitos deles que não puderam ou quiseram vivenciar a universidade."***

---

Quando entrei em Direito, tive receio de perder a consciência crítica que desenvolvi com meus pais, mas a CCST e outros projetos ajudaram a expandi-la. Entendi que o "direito" também é constituído nas ruas e que a sociedade já produzia conhecimento teórico e prático muito antes do surgimento de uma instituição de ensino. Entendi que não estamos sendo formados para "salvar", mas sim para contribuir numa luta por direitos que já está sendo travada há muito tempo por nossos ancestrais, muitos deles que não puderam ou quiseram vivenciar a universidade. Entendi que os motivos para lutar pela minha formação acadêmica e profissional não se encerram em meus objetivos pessoais, pelo contrário, desejo contribuir para algo ainda maior. São esses pensamentos que me encorajam e impulsio-

nam, não apenas para estar na CCST, mas para se tornar a pessoa e profissional que desejo.

### **Revista Extensão: Como se dá essa articulação da Clínica do Trabalho com sindicatos e órgãos governamentais?**

**Juliana dos Anjos:** A CCST e o SINDOMÉSTICO/BA têm estreitado laços nos últimos meses. As entidades buscam conhecer a organização e os objetivos uma da outra, por meio da troca de saberes e experiências, com o objetivo de compreender como podem atuar conjuntamente. Esse contato proporciona uma visão mais consciente das dificuldades enfrentadas pelo sindicato, que tem natureza financeira, institucional e política, além da ciência das suas principais frentes de atuação e luta. Tivemos o privilégio de contar também com a presença de representantes sindicais, como Creuza Oliveira, em capacitações internas desenvolvidas pela CCST, e também participamos de eventos organizados pelo SINDOMÉSTICO/BA e parceiros.

Em relação aos órgãos governamentais, o Ministério do Trabalho e Emprego mostrou-se bastante receptivo e animado com a iniciativa, considerando que as entidades que se prestam a oferecer assistência jurídica gratuita às trabalhadoras domésticas enfrentam dificuldades para abraçar todas as causas trabalhistas. No momento, estamos cuidando das demandas burocráticas, para oficializar a parceria perante a UFBA antes de iniciar os trabalhos.

Vale pontuar que a articulação com o sindicato e os órgãos governamentais é mediada por mim, no papel de representante institucional da CCST, com o apoio do nosso professor e orientador João Gabriel e da nossa membra colaboradora Sara Côrtes.

### **Revista Extensão: Quais os resultados já alcançados pelo projeto?**

**Juliana dos Anjos:** A CCST iniciou suas atividades oficialmente em março de 2022 e, desde então, tem desenvolvido atividades que englobam o tripé universitário. Os eixos de pesquisa e ensino desenvolveram dois projetos de pesquisa, “O trabalho doméstico na pandemia da COVID-19: a atuação do Sindoméstico/BA na luta

pela proteção das trabalhadoras domésticas na Bahia” e “Como julgam os juízes em demandas envolvendo trabalho doméstico”, e um grupo de estudo “Direito constitucional do trabalho doméstico”. Estas iniciativas possibilitaram o contato de discentes de várias instituições de ensino com a pesquisa - para alguns o primeiro contato, além de contribuir na sua formação crítica sobre o trabalho doméstico e atuação sindical. Para além da pesquisa, alguns discentes, que atuam como monitores, estão tendo a oportunidade de construir, em conjunto com o orientador, estes projetos, desenvolvendo habilidades de gestão, organização e liderança. Em paralelo, o eixo de assistência tem desenvolvido capacitações sobre direito processual do trabalho, preparando os membros para atuar com os processos.

---

***"[...] a CCST está sendo uma oportunidade para as/os discentes terem contato com o trabalho doméstico a partir de diversas frentes."***

---

Considerando que temos o objetivo de estreitar os laços com outras instituições de ensino e entidades estudantis, estamos participando de seminários e congressos dentro e fora da UFBA. No ano passado, participamos do VI Encontro da Rede Nacional de Pesquisas e Estudos em Direito do Trabalho e Seguridade Social (RENAPEDTS) em Recife/PE, apresentando trabalhos acadêmicos. No Congresso da UFBA, organizamos duas mesas: “A importância do diálogo entre entidades e órgãos públicos no combate do trabalho análogo ao de escravo em âmbito doméstico na Bahia” e “Ações extensionistas da Faculdade de Direito da UFBA destinadas a promover a atuação estudantil na luta pelos direitos da classe trabalhadora”. Fomos convidados para compor espaços idealizados por outras entidades estudantis, para falar sobre o papel da extensão na formação jurídica.

Por último, vale pontuar que, em razão do nosso intuito de alcançar o corpo estudantil e as trabalhadoras domésticas, estamos desenvolvendo





um trabalho de conscientização nas redes sociais, divulgando os direitos das trabalhadoras domésticas e as suas reivindicações, a trajetória e a atuação de lideranças e entidades sindicais, além de indicações de materiais literários e audiovisuais.

que existem poucas extensões voltadas ao Direito do Trabalho na Bahia, a CCST está sendo uma oportunidade para as/os discentes terem contato com o trabalho doméstico a partir de diversas frentes.

---

***o curso de direito é elitista e, mesmo que o acesso ao curso tenha se tornado mais democrático com as políticas de ações afirmativas, ainda enfrentamos barreiras para inserir pautas da classe trabalhadora e das minorias em discussões nesses espaços.***

---

**Revista Extensão: O que o projeto acrescenta à UFBA?**

**Juliana dos Anjos:** Embora a CCST seja um projeto extensionista da Faculdade de Direito da UFBA, contamos com a participação de estudantes dos cursos de Direito e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades de outras instituições de ensino públicas e privadas. Tendo em vista

No curso de Direito da UFBA, por exemplo, nem sempre os alunos têm contato com o trabalho doméstico em sala de aula, em razão da ausência de espaço na grade curricular, que muitas vezes se limita a discutir as relações de emprego regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (não é o caso do trabalho doméstico). Existe também o descompromisso institucional com o direito do trabalho. Não podemos esquecer que o curso de direito é elitista e, mesmo que o acesso ao curso tenha se tornado mais democrático com as políticas de ações afirmativas, ainda enfrentamos barreiras para inserir pautas da classe trabalhadora e das minorias em discussões nesses espaços.

Na extensão, a gente também acaba recebendo estudantes que têm, em algum grau, uma relação pessoal com o trabalho doméstico remunerado ou não. Às vezes, o estudante é filho de alguma mulher que exerce ou exerceu a profissão - o meu caso. Então, a CCST também pode servir como espaço de compartilhamento dessas vivências.